

## **TESE DA AÇÃO POPULAR SOCIALISTA AO CONGRESSO MUNICIPAL DO PSOL-SP**

### **Construir o PSOL como alternativa programática de esquerda!**

#### **Nossa luta é internacional**

- Num mundo cada vez mais conectado, onde as informações circulam em tempo real, tem-se a impressão que as fronteiras estão desaparecendo e que a globalização é um fenômeno progressivo. Nada mais distante da realidade. Ao invés de pontes, muros; em vez de solidariedade, xenofobia; no lugar da igualdade, preconceito e discriminação. O capitalismo mostra sua face desumana e cruel.
- Ao PSOL cabe a difícil tarefa de praticar o internacionalismo. O verdadeiro internacionalista sabe que as particularidades nacionais e regionais são indispensáveis a qualquer análise. De forma dialética a conjuntura mundial se manifesta de modo desigual e combinado.
- As medidas propostas e adotadas pelo governo Temer estão inseridas no receituário neoliberal aplicado mundialmente. A divisão internacional do trabalho e a internacionalização da crise e da resistência são fenômenos que precisam ser compreendidos pelos revolucionários. Não há como entender a profundidade da crise no Brasil sem analisar os impactos da crise na China e da queda no preço das commodities, que durante anos embalsamaram o crescimento da economia brasileira.
- Ser internacionalista no Brasil tem dificuldades adicionais. Somos os únicos na AL a falar outra língua, temos a economia mais forte e somos o maior país do continente. Recentemente, através do BNDES, o Brasil patrocinou diversas obras. Venezuela, Argentina, República Dominicana e Cuba estão entre os investimentos mais elevados. Mas eles não se deram dentro de um espírito internacionalista anti-imperialista. Ocorreram, majoritariamente, para criar infraestrutura para a mineração e o agronegócio no Brasil e exterior.

#### **A situação internacional segue sobre o signo da crise econômica**

- Estamos diante de um processo de crise mundial múltipla que se caracteriza por elementos econômicos, sociais, ambientais, energéticos, alimentares, políticos e culturais. Hoje, ela se situa principalmente nos EUA e na Europa, mas atinge todo o planeta, sem sinais de saída “virtuosa”.
- O capital usou de vários artifícios e teve várias “oportunidades” para acumular e tentar superar a crise. Nenhuma delas evitou o agravamento da crise estrutural do capitalismo. As medidas tomadas só adiaram qualquer resolução estável dos impasses e agravaram as tensões sociais que vão se expandindo, inclusive com novas guerras regionais.
- Continuam os ataques aos trabalhadores de todo o mundo. A democracia burguesa vem sendo substituída por um simulacro de democracia subordinado aos interesses do capital. Greves, paralisações, desemprego e violência vão se espalhando. Trabalhadores perdem direitos e cidadãos perdem liberdade.
- A resistência cresce, mas a fragmentação da esquerda e as diversas formas de contenção das organizações populares geram impasses para o seu desenvolvimento

#### **O golpe palaciano e os ataques aos direitos do povo**

- O processo de impeachment somava inicialmente o desejo de um grupo de políticos corruptos e oportunistas - em grande parte composto de ex-aliados dos governos petistas - e de parte de membros da burocracia jurídico-policial. Porém, a destituição de Dilma só se tornou viável a partir de duas questões: o apoio ao impeachment pelo grande capital brasileiro e internacional, incluindo-se aí as principais empresas midiáticas, no final de 2015, e a perda de base social de Dilma e do PT depois do estelionato eleitoral de 2014.
- O golpe palaciano veio para atacar os direitos dos trabalhadores e do povo. Para aumentar a privatização e desnacionalização das riquezas nacionais; reduzir o custo da força de trabalho; destruir a natureza e avançar sobre territórios indígenas, quilombolas e de camponeses pobres; cortar verbas e criar as condições para privatizar a educação, saúde, previdência e cultura; implementar políticas reacionárias contra as mulheres, negros e LGBT. Veio para cortar verbas de políticas sociais e para aumentar o repasse para banqueiros.
- No Congresso Nacional, há maioria hoje para aplicar as políticas regressivas que deram origem ao governo golpista, com maior dificuldade para a Reforma da Previdência. De modo geral, lutam para manter seus próprios privilégios e estancar os estragos da operação Lava Jato na má reputação da elite política brasileira.
- O esgotamento do neodesenvolvimentismo social-liberal e o fracasso da conciliação de classe do PT, o impeachment de Dilma e a ilegitimidade do novo governo são expressões da crise do atual sistema político-eleitoral brasileiro. Isso não deve ser confundido com uma crise da hegemonia burguesa em nosso país, nem uma crise do regime político. Os agentes deste regime político, mesmo com desgaste, continuam dando as cartas e visam “sanear” a situação com uma reforma política para sua perpetuação. As principais frações do capital nacional e internacional mantêm seus interesses fundamentais e avançam na agenda de reorganização do Estado.
- Por outro lado, se coloca como necessária a construção de um campo alternativo de esquerda, com ampla base social e representatividade política-institucional. O PSOL pode cumprir importante papel na falta de legitimidade que atinge não somente o Poder Executivo, mas também o Congresso Nacional, recheados de parlamentares corruptos, que também não têm legitimidade para decidir o futuro do país. A falta de legitimidade do Congresso Nacional e da Presidência da República é percebida no amplo descontentamento e na resistência às medidas impopulares e antinacionais impostas pelos golpistas.

### **A resistência popular e a instabilidade política**

- A resistência popular tem crescido no Brasil. Antes mesmo do golpe palaciano, intensificavam-se as greves; as ocupações urbanas e rurais; as mobilizações estudantis; e a luta por direitos dos negros, mulheres, LGBT e demais setores oprimidos. As jornadas de Junho de 2013, especialmente o primeiro momento de pauta progressista, foi o epicentro dessa mudança de conjuntura. A base social de caráter popular que sustentou o lulismo deslocava-se contra a elite política e exigindo direitos que não foram garantidos pelos governos petistas.
- Esse descontentamento difuso atravessava as classes sociais. Setores empresariais encontravam-se descontentes com Dilma; frações do capital financeiro questionavam a capacidade do Estado de manter o “sagrado” pagamento da dívida pública; setores da classe

média sentiam relativa perda de renda e de status; os trabalhadores de menor renda sentiam o aumento do custo de vida e a estagnação salarial.

- De um lado cresceram os segmentos à esquerda do PT, seja nos partidos (com destaque para o PSOL) ou nos movimentos sociais (com destaque para o MTST); de outro lado, cresceram movimentos e lideranças à direita, a exemplo do MBL, Vem pra Rua e Bolsonaro.
- As eleições de 2014 foram marcadas pelo desgaste de Dilma/PT, que foi parcialmente revertido no marketing político-eleitoral que enfatizava a garantia de direitos históricos, iniciando ataques a eles logo depois de eleita. O desgaste acumulado, somado ao estelionato eleitoral e à visibilidade da corrupção, colocou o governo Dilma em “suspensão”: perda de base social, desconfiança de frações do grande capital; falta de sustentação no Congresso Nacional, tudo isso turbinado pela piora da crise econômica.
- Desde então, o país vive forte instabilidade política. O PSDB questionou o resultado eleitoral. Dilma foi derrotada por Eduardo Cunha na eleição da Câmara. As mobilizações de massa dirigidas pela direita e, com apoio da grande mídia, foram se ampliando. A operação Lava Jato chegava ao coração do governo e seus agentes atuavam como uma força política externa ao Poder Executivo e Legislativo: estabeleciam objetivos, atacavam seus adversários centrais, preservavam seus aliados pontuais e se articulavam com movimentos de direita e a grande mídia. Conquistava, assim, apoio da “opinião pública”.
- Num primeiro momento a burguesia encontrava-se dividida, mas sinalizava posição contrária ao impeachment. Acreditavam que esse processo seria lento, desgastante e poderia piorar a crise econômica, impondo obstáculos ao seu processo de acumulação. Porém, o governo continuava a se enfraquecer e não se mostrava capaz de fazer as reformas regressivas que Dilma já vinha encaminhando. A tese do impeachment ganhou força e unificou as principais frações da burguesia brasileira e internacional. Aproveitaram-se da oportunidade para radicalizar as reformas.
- *Ao final de 2015, o impeachment* ganhou apoio decidido das principais frações do capital, nacional e internacional, e em 2016 o PT e seus apoiadores; ativistas e movimentos independentes contrários ao impeachment e setores à esquerda, como o PSOL, não tiveram capacidade de reagir à altura. Em que pese a combativa postura do partido na Câmara, o PSOL pagou o preço de não ter construído maior base social no movimento de massas. Setores de esquerda tiveram postura desconectada dos acontecimentos e da correlação de forças da sociedade ao não enxergarem o processo do golpe como uma radicalização dos ataques contra o povo trabalhador e as riquezas nacionais.
- A constituição do governo golpista de Temer não estabilizou a situação política e econômica. O governo continuou sendo atingido pela operação Lava Jato, que se mostrou não estar submetida a um controle político centralizado. O governo ainda conta com o apoio das principais frações do capital no Brasil, mas os indicadores econômicos não dão sinais consistentes de recuperação e, no caso do desemprego, o índice chega a 13,7% (IBGE), atingindo 14 milhões de brasileiros. Sua popularidade é a pior da história recente do país.
- Das reformas prometidas, somente a Reforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional 95 (que congela os gastos sociais por 20 anos) foram feitas, e mesmo estas enfrentarão muita resistência na sua aplicação concreta, que deve começar em 2018.
- As lutas contra o governo golpista e suas reformas vão crescendo. As mobilizações e paralisações de março (8 de março classista, a paralisação nacional do dia 15 e grandes atos do dia 31), construídas em ampla unidade de ação, chegaram a reunir mais de um milhão nas ruas em todo o país e foram decisivas para construir o avanço da resistência da classe trabalhadora, que resultou na grande Greve Geral de 28 de abril. A retomada das grandes

manifestações caracteriza um novo momento da conjuntura, com a afirmação da classe trabalhadora organizada.

- Também em abril o Movimento Indígena Nacional organizou ampla mobilização, o Acampamento Terra Livre (ATL). Dando continuidade às suas lutas históricas, o ATL reuniu em Brasília o maior número de lideranças de sua história. O fortalecimento da luta indígena ocorre na conjuntura de ataques frontais do ilegítimo governo Temer contra seus territórios e direitos. O documento final do ATL reafirmou as duras críticas contra o desmonte e a regressão dos direitos indígenas.
- O “Ocupa Brasília” de 24 de maio reuniu cerca de 150 mil ativistas e demonstrou a força de mobilização da classe trabalhadora. Brasília tremeu com a vitoriosa aliança das centrais sindicais e movimentos populares na organização desse que foi um dos maiores atos da história da capital da República.
- A resistência da classe trabalhadora não foi suficiente para derrotar a Reforma Trabalhista, mas pode derrotar a Previdenciária, desde que supere a fragmentação e lute em unidade de ação, deixando de lado a instrumentalização do movimento em favor de articulações eleitoreiras e interesses particulares das burocracias sindicais.
- A greve do dia 30 de junho não obteve o mesmo êxito. Foi desarticulada pelas centrais à direita no movimento sindical, a exemplo da Força Sindical e UGT, que negociam com o governo a manutenção do imposto sindical, e contou com a enorme vacilação da CUT e CTB, que não jogaram peso no trabalho de base típico de uma greve geral. Praticamente não houve paralisação de setores estratégicos, a exemplo dos transportes, e as mobilizações de rua foram bem abaixo do que o tempo histórico exige. As centrais do campo combativo, CSP-Conlutas e Intersindical, apostaram na construção da greve geral do dia 30 de junho e partiram para a disputa das bases, mas esbarraram no corpo mole das maiores centrais, que preferiram negociar com o governo golpista ou estão movidas por interesses eleitorais. Sem unidade de ação e com vacilação das centrais majoritárias, poderemos sofrer uma nova derrota com a Reforma Previdenciária.

### **O povo em luta e a saída pela esquerda da crise**

- O povo vai ampliando sua participação na luta por seus direitos, mas essa luta só terá consequências se for organizada e avançar a unidade dos setores e forças políticas que estão contra a ofensiva do grande capital. Não deve submeter-se aos interesses eleitorais do PT e de Lula em 2018. A tarefa dos partidos, movimentos e organizações populares é derrotar o governo Temer. É preciso intensificar as lutas por Eleições Diretas e Gerais Já. Eleições indiretas fortalecem uma alternativa de poder do grande capital. Eleições diretas só para Presidente é constituir um Poder Executivo subordinado a um Congresso sintonizado com a elite econômica nacional e internacional, além de corrupto. E colocar somente o Fora Temer, sem apresentar alternativa de substituição, é reforçar uma saída burguesa autoritária via eleição indireta.
- O PSOL deve afirmar que a saída pela esquerda passa por dar ao povo o direito de decidir por uma alternativa de projeto nacional. Coloca-se como tarefa para a esquerda avançar em sua unidade política e programática para barrar e reverter os retrocessos econômicos e sociais e apresentar uma alternativa de esquerda que rompa tanto com o extremo neoliberalismo do governo atual quanto com o limitado neodesenvolvimentismo social-liberal do PT.

- O PSOL deve agir com dois objetivos claros: 1) impedir as reformas, assim como alternativas políticas “salvadoras da pátria” ou autoritárias; 2) construir uma alternativa com base social de massas protagonizada pelos trabalhadores organizados. Disputar a consciência dos trabalhadores e forjar movimentos e organizações populares mais sólidas e enraizadas é fundamental para que possamos mudar o cenário de resistência para uma condição de ofensiva.
- Para tanto, é fundamental um projeto nacional baseado num programa de caráter democrático e popular, que distribua riqueza e democratize o poder político. Um projeto, dirigido pelos trabalhadores, que se organize em torno dos eixos anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiário, democrático radical, ecossocialista e contra todas as opressões. Esse projeto enfrentará a reação da burguesia nacional e internacional, e por isso deve ser construído e sustentado em ampla mobilização popular.
- No último período tornou-se comum afirmar que a derrocada do PT está associada à suposta aplicação do programa democrático-popular. Essas afirmações partem do pressuposto de que esse programa teria sido responsável pela conciliação de classes dos governos de Lula e Dilma.
- Essa interpretação é equivocada. Ignora a própria história de abandono desse programa pelo PT. Lula e o PT não só foram diluindo o Programa Democrático e Popular (PDP), como abandonaram sua aplicação, já que este visava acumular forças e promover uma transição para o socialismo. É também uma interpretação errada do caráter do programa. O PDP visa articular, sob a direção dos setores mais avançados da classe trabalhadora, todos os que vivem do trabalho, setores médios e todas e todos os oprimidos em contradição com a grande burguesia monopolista nacional e internacional. Não é um programa imediatamente socialista, mas de transição ao socialismo, dentro das condições sociais e econômicas nacionais e internacionais. É um programa que busca desenvolver um processo contra hegemônico, acumulando forças para derrubar completamente o poder burguês, promovendo a transição ao socialismo.

### **Contra a seletividade da Justiça. Em defesa da democracia e dos direitos do povo!**

- Para a APS, a condenação de Lula é uma movimentação política mais ampla, cujo objetivo é restringir a já limitada democracia brasileira, criando as condições para retrocederem ainda mais os direitos do povo (civis, políticos e sociais) e aprofundar o saque às riquezas nacionais. Embora Lula esteja articulando retomar apoio de frações da burguesia e de lideranças políticas conservadoras, com o “perdão” ao golpe e uma nova carta para acalmar os mercados, é visível que hoje a burguesia nacional e internacional busca uma alternativa orgânica e não se mostra disposta a realizar concessões mínimas. Querem um governo que, sem o desgaste de Temer, mantenha e amplie as contra-reformas e a desnacionalização da economia, blindando o Estado contra as mais moderadas influências populares, preservando os fundos públicos para os esquemas ilegítimos e ilegais da dívida pública. Este foi o sentido gera da EC 95 (teto de gastos) e é o objetivo central da contra-reforma da previdência. Ainda há a possibilidade de mudanças no sistema político para torna-lo ainda mais fechado, como o semi-presidencialismo.
- A decisão judicial em segunda instância que ratificou a condenação de Lula é mais um capítulo do golpe de 2016. A justiça brasileira sempre foi seletiva, como podemos observar na população carcerária brasileira e sem controle social. A diferença é que neste momento, parcela expressiva do judiciário interfere decisivamente no processo eleitoral, tirando do

povo seu direito de julgar politicamente as alternativas para o País ao tentar excluir Lula das eleições de 2018.

- Entretanto, A esquerda não deve, em hipótese alguma, confundir a defesa do direito democrático de Lula candidatar-se com submissão à agenda eleitoral do PT. O PSOL já definiu que terá candidatura própria em 2018. A despeito de estarmos atrasados na efetivação desta política, é fundamental construir uma alternativa programática de esquerda (anti-monopolista, anti-latifundiária, anti-imperialista, ecossocialista, democrática radical e contra as opressões) que aponte a superação do lulismo e a revogação das medidas aprovadas no governo golpista de Temer.
- Cabe às organizações populares, partidos de esquerda e movimentos combativos compreender esta situação e desenvolver uma tática adequada ao contexto a partir dos seguintes eixos:
- Balanço crítico das experiências governamentais de Lula e Dilma;
- Defender o direito de Lula candidatar-se, reconhecendo que esse processo em curso não é um julgamento justo, mas sim uma ação política para excluí-lo do processo eleitoral;
- Participar de iniciativas políticas de defesa da democracia, desde que não se constituam em atos de campanha eleitoral pró-Lula. A defesa da democracia deve pautar-se por eleições democráticas; revogação da lei antiterrorismo; liberdade para Rafael Braga; contra a criminalização dos movimentos sociais; contra qualquer mudança no sistema político que restrinja a participação popular;
- Apresentar uma alternativa programática de esquerda (antimonopolista, antilatifundiária, anti-imperialista, ecossocialista, democrática radical e contra as opressões) que aponte a superação do lulismo e a revogação das medidas aprovadas no governo golpista de Temer;
- Intensificar as mobilizações contra as mudanças na previdência.

### **Lutar contra a reforma da Previdência e reafirmar o Psol como uma alternativa de esquerda**

- A tática de frente única contra as reformas mostrou-se vigorosa no primeiro semestre de 2017 e só não manteve a intensidade das mobilizações porque o PT e a CUT priorizaram a agenda eleitoral de 2018, contribuindo para a dispersão do movimento sindical e popular.
- A contra-reforma da previdência é a grande batalha a ser travada no curto prazo. O futuro será disputado agora. Devemos nos engajar em todas as iniciativas nesse sentido. Descer às bases para apontar o quão nefasto é este projeto e afirmar que é possível derrotar essa mudança regressiva. Devemos, a partir da nossa atuação no movimento sindical, estudantil, popular e contra as opressões, denunciar publicamente os parlamentares que a defendem e pressionar os indecisos. Organizar comitês, vigílias, atos, debates.
- Derrotar as mudanças na previdência e sair desse processo com o povo mais consciente e organizado é tarefa importante para acumularmos na construção de uma alternativa de esquerda enraizada socialmente e vinculada às lutas do povo.

### **Diretrizes gerais para o Programa de Governo 2018**

- 100.O programa que um partido socialista apresenta à sociedade se relaciona à estratégia de nossa luta pelo socialismo, à conjuntura e à relação de forças que nela está presente.
- O Brasil é um país plenamente capitalista e tem um estado burguês instituído e, nesse sentido, considerando o desenvolvimento da estrutura econômica e da superestrutura estatal, não haverá revolução que não seja com vistas a uma transformação completa da ordem social, uma revolução socialista.
- Pelas características de nossa sociedade, para realizar essa revolução é preciso um acúmulo de forças que virá da luta travada em muitos espaços da sociedade e do estado, até que tenhamos condições de realizar uma ruptura revolucionária.
- O programa que apresentamos deve ser parte de uma estratégia desse tipo, de luta por fora e por dentro das instituições estatais. É na luta direta das massas populares que está nossa prioridade, por ser o melhor espaço para que se construa uma práxis revolucionária.
- O programa tem como objetivo apontar e orientar nossa luta por uma sociedade socialista, onde não haja nenhum tipo de exploração nem dominação de classe, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual. Onde não haja opressão.
- O programa é uma mediação entre os elementos da base econômica e superestrutura estatal mais permanentes, com o nível de consciência do povo trabalhador.
- Se as condições objetivas indicam que é necessária e possível uma revolução socialista, as condições subjetivas do povo é que podem indicar tanto os objetivos táticos, as formas de luta e palavras de ordem prioritárias.
- Esse processo de acúmulo de forças é a construção de uma nova hegemonia. Isso significa encontrar na vida material e na ideologia das massas populares elementos de crítica, de protesto, de resistência, de contestação, de utopia. Aquilo que pode avançar até uma consciência de classe revolucionária.
- Por isso, a auto-organização popular é um dos objetivos centrais para a revolução socialista. Mas num país e num período como o que vivemos, a luta revolucionária exige também a intervenção nos espaços estatais
- Na nossa intervenção na institucionalidade estatal burguesa, podemos mostrar o que somos e contribuir para melhorar as condições de vida do povo. Mas essa não é uma tarefa feita "para o povo". Trata-se de fazer isso ampliando a disputa de hegemonia na sociedade, o que exige crescente participação popular nas decisões de governo.
- Porém, essa atuação não deve ser “melhorista”, apostando apenas em conquistas materiais. Nosso objetivo é a ruptura com a institucionalidade e não a sua legitimação junto ao povo.
- As conquistas parciais devem servir para mostrar que somos diferentes e como incentivo para a organização do povo, mas devem também ser utilizadas para mostrar os limites que esta ordem impõe para a superação das condições de vida da maioria.
- Entretanto, parte dos dirigentes e correntes do PSOL priorizam a via institucional, de modo a nos manter reféns de uma institucionalidade que é feita para reproduzir interesses de classe antagônicos aos nossos. Os mecanismos de burocratização, o pragmatismo eleitoral, o rebaixamento programático e o descolamento estratégico da ação institucional são só alguns dos sintomas desse processo.
- Para fazer a mediação entre o nosso objetivo revolucionário geral e a atual correlação de forças e nível de consciência do povo, é preciso um programa de transição. Este se expressa no “Programa Democrático e Popular”, que tem como sujeito os que vivem do trabalho e

nada tem a ver com alianças com uma suposta burguesia nacional nem com um nacional desenvolvimentismo em qualquer de suas vertentes.

- Esse programa sustenta-se nos eixos anti-latifundiário, anti-monopolista, anti-imperialista e democrático radical, no ecossocialismo e no combate a todas as opressões.

### **É preciso transformar o PSOL num Partido Socialista, Democrático, de Lutas e de Massas**

- Para isso é preciso ter uma política de oposição de esquerda ao governo Temer, mas sem abrir mão de um radical balanço crítico da experiência do PT. O partido não deve ter ambiguidades em relação ao petismo: devemos afirmar nossa oposição de esquerda a sua experiência de governo e a uma eventual candidatura presidencial de Lula.
- Em 2018 o PSOL não pode se aliar com legendas de aluguel, com o PT e outros partidos da base do governo golpista. Precisamos avançar na prática de campanhas políticas de mobilização da militância.
- Para que haja democracia não basta o “respeito às diferenças internas” e às regras estatutárias formalmente. É preciso acabar com as práticas autoritárias, manipuladoras, burocráticas e fraudulentas que estão presentes na direção nacional e em várias outras instâncias estaduais e municipais.
- Para unificar na ação é preciso ter políticas gerais e específicas definidas democraticamente e construir os setoriais. Isso nos leva a apoiar as contribuições setoriais, especialmente as construídas coletivamente pelos setores militantes, como a de ecossocialismo, negras e negros e mulheres.
- É preciso um funcionamento orgânico das instâncias, da base às direções, que precisam se reunir com regularidade, planejar suas ações.
- Ter uma política de finanças que garanta a contribuição militante para que o partido não fique dependente de fundo partidário, cotas de parlamentares e muito menos doações de empresas, como já ocorreu.

Ação Popular Socialista (APS) e independentes.